



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
Complexo Penal de Lavínia - Serviço de Finanças e Suprimentos
Contrato



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
Complexo Penal de Lavínia - Serviço de Finanças e Suprimentos
Contrato
CONTRATO

CONTRATO N. 046/2026

Termo de Contrato que entre si celebram o Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Administração Penitenciária, Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste do Estado por intermédio do COMPLEXO PENAL DE LAVÍNIA, para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS.

Aos **28** dias do mês de **novembro** do ano de **2025**, nesta cidade de **Lavínia** comparecem de um lado o **Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Administração Penitenciária, pela Coordenadoria de Execução Penal da Região Oeste** do Estado por intermédio do **COMPLEXO PENAL DE LAVÍNIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **96.291.141/0092-17**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **Carlos José Costa Faria Neto**, RG nº **27.766.243-6** e CPF nº **288.705.208-03**, doravante designado simplesmente Contratante, e, de outro lado, **Nanita Maria da Silva, (Agricultor Familiar) com sede na Projeto Projeto Assentamento Estrela da Ilha- Lote 135- Zona Rural - cep:15.385-000 - Ilha Solteira, SP, inscrito/a no CPF Nº 249.235.208-09**, doravante designado/a Contratado, e pelos mesmos foi celebrada na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da autorização da inexigibilidade de licitação constante no Processo SEI **006.00465811/2025-50**, nos termos do artigo 74, inciso IV, c.c. o artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo presente instrumento avençam um contrato de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 68.304/2024 e demais normas regulamentares à espécie, inclusive a Lei Estadual nº 14.591/2011, regulamentada pelo Decreto nº 57.755/2012, alterados pelo Decreto nº 60.055/2014, Decreto nº 62.282/2016, e Decreto nº 68.734/2024 às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de **400 kg Abobrinha, 1.117 kg Mamão, 886 kg Melão, 807 kg Pepino**, em conformidade com as Especificações e Quantidades (Anexo I) e Proposta de Venda da CONTRATADA (Anexo II), que integram o presente contrato como se nele estivesse transcritos.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, PERÍODO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto da presente contratação será entregue parceladamente, nos prazos e locais determinados pelo CONTRATANTE, conforme cronograma de fornecimento Anexo I do presente contrato;

2. A Comissão de recepção de Material, no momento da entrega dos produtos, irá verificar se eles estão em conformidade com as especificações contidas no Edital, tendo o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para exigir as devidas substituições ou complementações;

3. Serão rejeitados no momento do recebimento os produtos que estiverem em desacordo com

especificações do Edital, e não forem substituídos e/ou complementados na forma e prazo estipulados no subitem 5, do item VII, do Edital de Chamada Pública;

4. O recebimento dos gêneros alimentícios será formalizado com o Atestado de Recebimento Definitivo conforme modelo apresentado no Anexo III.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

A CONTRATADA compromete-se a observar o limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar de até R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) por DCONP/ano, sendo aplicável o referido teto de forma individualizada para o Programa PPAIS (R\$ 104.000,00) para produtos “in natura” (R\$ 104.000,00) para o subprograma “Leite e Derivados”.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Atendimento a todas as exigências legais e regulamentares, em especial a da Lei Estadual nº 14.591/2011, o Decreto nº 57.755/2012, alterado pelo Decreto nº 60.055/2014, nº 62.282/2016 e Decreto nº 68.734 de 27 de julho de 2024, bem como as deliberações da Comissão Gestora do PPAIS, principalmente no que se refere às exigências:

a. para expedição da Declaração de Conformidade ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social DCONP;

b. d e aptidão para participar da Chamada Pública - certificando não ter ultrapassado o limite de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) por DCONP/ano, sendo aplicável o referido teto de forma individualizada para o Programa PPAIS (R\$ 104.000,00) para produtos “in natura” e (R\$ 104.000,00) para o subprograma “Leite e Derivados”.

c. contidas na proposta de venda do(s) produto(s);

2. Fornecer os gêneros alimentícios, conforme descrição completa do produto contida no Anexo I do Edital, Especificações e Quantidades;

3. Acondicionar os itens em caixas ou outros tipos de embalagens aceitas pela legislação que garantam a integridade do produto durante o transporte e armazenamento;

3.1 No caso de produtos hortícolas apresentados em embalagens com pacotes será admitida uma tolerância no peso de embalagem de 5% a 10%. Entretanto, o quantitativo total da embalagem de acondicionamento dos pacotes deve coincidir com o especificado no documento fiscal no ato da entrega;

4. Utilizar o mesmo número de CPF indicado na habilitação em todos os documentos, inclusive na nota fiscal;

5. Abster-se de contratar menores de 18 (dezoito) anos para trabalharem em período noturno e em locais perigosos ou insalubres, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em respeito ao disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021, o qual faz referência ao inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Adquirir os gêneros alimentícios nos termos e condições definidos na Chamada Pública;

2. Providenciar o pagamento das faturas aprovadas;
3. Indicar, formalmente, o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
4. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham ser solicitados, que interfiram na execução do contrato;

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, constantes do Anexo I, a CONTRATADA receberá o valor total de **R\$ 16.303,05 (Dezesseis mil, Trezentos e Três Reais e Cinco Centavos)**.

Parágrafo único - No valor contratado estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento de **2026** nos termos seguintes - Dotação Orçamentária: **14421381561390000** PTRES **380.303**; Fonte de Recurso: **150.010.001**, UO **380.201**, ND **33.90.30.11** PPAIS.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor do objeto contratado por meio de crédito aberto em corrente do Banco do Brasil em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, à vista do respectivo Atestado de Recebimento Definitivo – Anexo III (art. 2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 43.914, de 26/03/1999), observadas e cumpridas pela CONTRATADA seguintes exigências:

1. As notas fiscais/faturas devem ser emitidas, indicando o mês de referência, a quantidade, o valor unitário e o valor total de cada produto.
2. O CPF constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta de venda.
3. No corpo da nota fiscal/fatura deve constar os dados bancários (banco, agência e conta corrente)

§ 1º Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação ou obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 2º Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção nos termos do bem como juros moratórios, à razão de 0,5%(meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado; salvo em se tratando de atraso nos pagamentos referentes aos primeiros meses do exercício, decorrente de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos ou outras questões correlatas, hipóteses em que será facultado ao contratante pagar os valores vencidos assim que regularizada a situação.

§ 3º Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – **CADIN ESTADUAL**, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento.

§ 4º O preço permanecerá fixo e irreajustável.

CLÁUSULA NONA – DO ARQUIVAMENTO DE NOTAS FISCAIS

A CONTRATADA deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais/Faturas, congênere, dos produtos constantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS, estando à disposição para comprovação.

A CONTRATANTE se compromete a guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos as Notas Fiscais/Faturas apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DANOS

Contrato 046/2026 - Nanita Maria da Silva (0091845933)

SEI 006.00465811/2025-50 / pg. 3

É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato nos casos permitidos em lei;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão da CONTRATADA;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, o não cumprimento por parte do Credenciado das obrigações assumidas, sujeitará às sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021, e demais normas legais aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação do empenho ou extinção do instrumento contratual, resguardado direito à ampla defesa.

2. As infrações, sanções administrativas e recursos encontram-se previstos nos artigos 155 a 163, e 164 a 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o que preceitua o artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, formalizando através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O Contrato será extinto, quando constituídos os motivos constantes nos artigos 137 da Lei Federal 14.133/2021, sendo que a extinção determinada por ato unilateral da Administração, quando o caso, poderá acarretar as consequências dispostas nos incisos I ao IV do artigo 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 do mesmo diploma legal.

Nos termos do §2º do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a devolução da garantia (quando exigida); pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; pagamento do custo da desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período **de 01/01/2026 a 30/04/2026**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente Contrato rege-se pela Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do artigo 74, inciso IV, c.c artigo 79 do Decreto Estadual nº 68.304/2024, Lei Estadual n.º 14.591, de 14 de outubro de 2011, Decreto Estadual n.º 57.755, de 24 de janeiro de 2012, Decreto Estadual nº 62.282, de 02 de dezembro de 2013, Decreto nº 68.734, de 27 de julho de 2024, e demais diplomas legais regulamentares, que se aplica inclusive, em relação aos casos omissos.

2. Sem prejuízo das demais obrigações convencionais e legais, a CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Chamada Pública que deram origem ao presente instrumento.

Contrato 046/2026 - Nanita Maria da Silva (0091845933)

SEI 006.00465811/2025-50 / pg. 4

3. Fica ajustado, ainda, que:

I - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) Edital da Chamada Pública nº **004/2025**;
- b) Proposta apresentada pela Contratada;
- c) Anexo I do Edital – Especificações e Quantidades;
- d) Anexo I do Termo de Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito, desde já, competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas ou relativas à aplicação deste contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Lavínia, na data da última assinatura digital das partes.

Contratante: Complexo Penal de Lavínia
Carlos José Costa de Faria Neto
RG: 27.766.243-6
Chefe de Departamento



Contratado: Nanita Maria da Silva
RG: 29.444.572-9 - SSP/SP
Agricultor Familiar

TESTEMUNHAS:

ANEXO I DO TERMO DE CONTRATO

1. CRONOGRAMA DE ENTREGA

Cooperativa De Produção Industrialização E Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo.

Solicitamos as devidas providências de Vossa Senhoria, no sentido de fornecer a esta Unidade Prisional,

Contrato 046/2026 - Nanita Maria da Silva (0091845933)

SEI 006.00465811/2025-50 / pg. 5

itens relacionados abaixo, conforme especificações constantes no Folheto Descritivo, durante o período **janeiro a abril de 2026**. As entregas deverão ser efetuadas no endereço infra mencionado, impreterivelmente no dia e horário (das **08:00 às 11:00** horas e das **13:00 às 15:30** horas) estipulado no cronograma, referente ao PROCESSO SEI Nº **006.00465811/2025-50** CHAMADA PÚBLICA Nº. **004/2025**

CRONOGRAMA DAS ENTREGAS				
Nanita Maria da Silva				
CPF: 249.235.208-09				
Telefone: (18) 9812-5480				
E-MAIL:				
Processo: 006.00465811/2025-50				
Chamada Publica: 004/2025				
GENEROS ALIMENTÍCIOS PPAIS PARA OS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2026. OBS: FAVOR CUMPRIR O CALENDÁRIO FIELMENTE, ITEM DE GRANDE NECESSIDADE NO CARDÁPIO DE ALIMENTAÇÃO				
CRONOGRAMA DAS ENTREGAS DE ABOBRINHA				
DATA	Pen. I de Lavinia			
03/02/2026	200			
07/04/2026	200			
TOTAL KG	400			
CRONOGRAMA DAS ENTREGAS DE MAMÃO				
DATA	Pen. I de Lavinia	Pen. II de Lavinia	Pen. III de Lavinia	CDP de Lavinia
20/01/2026	250	***	***	***
10/02/2026	***	***	250	***
10/03/2026	250	***	***	***
31/03/2026	***	***	250	***
28/04/2026	***	68	49	***
TOTAL KG	1117			
CRONOGRAMA DAS ENTREGAS DE MELÃO				

DATA	Pen. I de Lavinia	Pen. II de Lavinia	Pen. III de Lavinia	CDP de Lavinia
03/02/2026	300	***	***	***
24/03/2026	***	300	***	***
22/04/2026	***	***	***	182
28/04/2026	104	***	***	***
TOTAL KG	886			
CRONOGRAMA DAS ENTREGAS PEPINO				
DATA	Pen. II de Lavinia			
20/01/2026	190			
18/02/2026	190			
17/03/2026	190			
14/04/2026	190			
28/04/2026	47			
TOTAL KG	807			

Lavínia, na data da assinatura digital

Contrato 046/2026 - Nanita Maria da Silva (0091845933)

SEI 006.00465811/2025-50 / pg. 6

Carlos José Costa de Faria Neto
Chefe de Departamento do Complexo Penal de Lavínia

CONTRATANTE: COMPLEXO PENAL DE LAVÍNIA
CONTRATADO: Paula Maria da Silva de Oliveira

CONTRATO Nº 046/2026

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para atender o Programa Paulista da Agricultura e Interesse Social – PPAIS

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1 Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, e consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

processuais, conforme regras do Código de Processo Civil,

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCEP – CadTCEP", nos termos previstos no Artigo 2º da Instruções nº01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Lavínia, na data da assinatura digital

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Carlos José Costa de Faria Neto

Cargo: Chefe de Departamento do Complexo Penal de Lavínia

CPF: 288.705.208-03

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Contrato 046/2026 - Nanita Maria da Silva (0091845933)

SEI 006.00465811/2025-50 / pg. 7

Nome: Carlos José Costa de Faria Neto

Cargo: Chefe de Departamento do Complexo Penal de Lavínia

CPF: 288.705.208-03

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Carlos José Costa de Faria Neto

Cargo: Chefe de Departamento do Complexo Penal de Lavínia

CPF: 288.705.208-03

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: Nanita Maria da Silva

Agricultor Familiar

CPF: 249.235.208-09

Assinatura: _____



ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Carlos José Costa de Faria Neto

Cargo: Chefe de Departamento do Complexo Penal de Lavínia

CPF: 288.705.208-03

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Andre Marcos Fellissiani

Cargo: Chefe de Divisão

CPF: 117.377.988-40

Assinatura: _____

Nome: João Marcos Pazini Marcello

Cargo: Chefe de Divisão

CPF: 401.652.158-01

Assinatura: _____

Nome: Osorio Hermelindo da Silva Junior

Cargo: Chefe de Divisão

CPF: 220.528.688-952

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Agente de Contratação

Nome: Marcileia Ap. Momente Serion

Cargo: Chefe de Serviço de Finanças e Suprimentos

CPF: 324.304.248-86

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Marcileia Aparecida Momente Serion, Chefe de Serviço - Finanças e Suprimentos**, em 19/12/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Dos Ramos Silva, Oficial Administrativo**, em 19/12/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Catia Freire De Carvalho, Oficial Administrativo**, em 22/12/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Marcos Pazini Marcello, Chefe de Divisão**, em 08/01/2026, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Marcos Fellissiani, Chefe de Divisão**, em 08/01/2026, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otorio Hermelindo Da Silva Junior, Chefe de Divisão**, em 08/01/2026, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Jose Costa De Faria Neto, Chefe de Departamento - Complexo Penal**, em 08/01/2026, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0091845933** e o código CRC **C1C677DC**.